

## Informação

[Projeto de resolução n.º 819/XIV/2.ª](#) (PSD) - Afetação ao sector cultural e criativo nacional de valor não inferior a 2% das verbas europeias do Mecanismo de Recuperação e Resiliência que cabem a Portugal

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, na reunião da Comissão de 09/03/2021

---

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD tomaram a iniciativa de apresentar o [Projeto de resolução n.º 819/XIV/2.ª](#) - *Afetação ao sector cultural e criativo nacional de valor não inferior a 2% das verbas europeias do Mecanismo de Recuperação e Resiliência que cabem a Portugal* -, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 23 de dezembro de 2020, tendo sido admitida e baixado à Comissão de Cultura e Comunicação no dia 30 do mesmo mês.
3. A discussão da iniciativa ocorreu na reunião da Comissão de Cultura e Comunicação do dia 9 de março de 2021.
4. A Senhora Deputada Filipa Roseta (PSD) apresentou a iniciativa, referindo, em síntese, que a Resolução “Recuperação Cultural da Europa”, aprovada no Parlamento Europeu a 17 de setembro de 2020, apela à Comissão e aos Governos dos Estados Membros a dedicarem ao sector e às indústrias culturais e criativas pelo menos 2 % do total do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No entanto, isso não está vertido no Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026.
5. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD vem recomendar ao Governo que assuma e cumpra a resolução “Recuperação Cultural da Europa”, aprovada a 17 de setembro de 2020 no Parlamento Europeu, com a afetação ao setor e indústrias culturais e criativas de valor não inferior a 2% das verbas europeias do mecanismo de recuperação e resiliência que cabem a Portugal.
6. A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) referiu a existência de fundos europeus que permitem um envelope financeiro eficaz, que permita não só assegurar a recuperação económica onde está incluída a cultura mas, acima de tudo, atenuar os efeitos da pandemia e de acordo com aquilo que é o enquadramento do PRR a nível europeu.

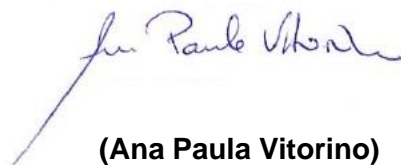
7. Disse que Grupo Parlamentar do PS também entende que é necessário existir no PRR fundos que permitam salvaguardar as questões de um setor tão importante como a cultura.
8. Transmitiu que neste momento esta em curso o processo de aprovação do PRR, existindo neste momento todo um conjunto de contributos que se espera que venham a ter tradução na nova redação do PRR.
9. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) transmitiu que, em relação ao projeto de resolução em discussão, há uma dúvida que desde logo ocorre ao Grupo Parlamentar do PCP e que é a de saber se de facto com esses 2% os problemas vão ser resolvidos. E o problema é que de facto não parece que seja assim!
10. Disse que o PRR tem sido apresentado pelo Governo do PS como sendo a principal resposta aos problemas do País, mas, na verdade, aquilo que está colocado, quer em termos de montante quer em termos de opções, está muito longe de corresponder às necessidades existentes e, em muitos casos, desvia-se daquilo que deviam ser as prioridades nacionais. Saliu que a nível cultural não se olha para o défice estrutural na área da cultura e não se pensa em medidas concretas que possam combater as faltas de que sofre o setor, faltando inscrever uma resposta global aos problemas da cultura. Mais do que recomendações da União Europeia de 2% ou não, falta aqui definir uma questão estrutural que se prende com opções políticas, com programas, de mobilizar os vários instrumentos disponíveis, nomeadamente ao nível do Orçamento de Estado.
11. A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que o Grupo Parlamentar do CDS-PP votará a favor do projeto de resolução em apreciação.
12. Transmitiu que o Grupo Parlamentar do CDS-PP deu entrada de um projeto de resolução relativo ao planeamento do desconfinamento no setor da Cultura, entre os quais se inclui o PRR e a negociação de uma verba que permite recuperar aquilo que decorreu da suspensão de atividade, o dano que decorreu da pandemia

e criar resiliência num setor tem muitas fragilidades de origem, o que não tem sido possível alcançar através do Orçamento de Estado.

13. A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) frisou a importância de haver um pensamento estrutural sobre a política cultural em Portugal, o que tem sido uma reivindicação das organizações representativas do setor, mas também tem estado patente nas diversas iniciativas que o Grupo Parlamentar do BE tem apresentado nesta matéria.
14. Disse que quando o Governo apresentou o PRR de Portugal não apresentou medidas explícitas para a cultura, o que foi identificado como uma lacuna grave pelas organizações representativas do setor.
15. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 9 de março de 2021

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Ana Paula Vitorino)**